



FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS
Inexigibilidade de Licitação sem contrato

Processo nº: **23292.006978/2022-93**

Interessado: Reitoria e todos os campus do IFSC

Inexigibilidade de Licitação: modalidade de contratação na qual o processo licitatório é **inexigível** nos casos taxativamente previstos na Lei 8666/93. O art. 17, I e II e o art. 25, todos da Lei 8666/93 trazem o elenco taxativo com os casos deste tipo de contratação direta.

ADM	PROC
Administração	Procuradoria Jurídica

S	N	EP	NA
Sim	Não	Em parte	Não se aplica

Questões relativas aos documentos e procedimentos a serem considerados na instrução do processo de contratação.	Responsável	S/N/EP ou NA	Página
1 - O processo de contratação foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , Lei 8666/93 - LLCA)? (Capa do Processo e Termo de Abertura).	ADM	S	1
2 - A autoridade competente justificou a necessidade de contratação. Motivando o ato com a indicação dos elementos técnicos fundamentais? (Memorando de abertura de processo)	Requisitante	S	Despacho
3 - Há autorização da autoridade competente permitindo o início do processo de contratação (art. 38, <i>caput</i> da LLCA)?	PROAD	S	5-6
4 - ETP - Estudo Técnico Preliminar - a ser preenchido no Comprasnet.	Compras	NA	--
5 - O objeto está devidamente especificado e com justificativa para a execução? (Relatório SIPAC Itens com as Requisições)	Requisitante	S	7
6 - No caso da necessidade da indicação de marca ou especificações exclusivas, constam nos autos as correspondentes justificativas técnicas? (Apresentar na justificativa)	Requisitante	S	56-63
7 - A proposta do fornecedor escolhido (com todos os detalhes: técnicos, de preço...) está nos autos? (Proposta da empresa a ser contratada)	ADM	S	29-50
8 - Constam nos autos a justificativa/comprovação que os preços unitários estimados estão compatíveis com os praticados no mercado e no âmbito da administração pública? (Comprovação de preços praticados, conforme art. 7º da IN nº 73 de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia).	Requisitante	S	43-50
9 - No processo de inexigibilidade de licitação há, no que couber, os seguintes elementos (art. 26, § único, Lei 8666/93):			
a) Razão da escolha do fornecedor ou executante?	ADM	S	56-59
b) Justificativa do preço?	ADM	S	58
c) Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados?	ADM	N	--



10 - SICAF ou documentos fiscais obrigatórios (INSS, FGTS e RF) da empresa e os demais solicitados no Projeto Básico.	Compras	S	52
a. Documentação relativa à habilitação jurídica do fornecedor ou executante nos moldes do art. 28 da Lei 8666/93?	Compras	S	52
b. Documentação relativa à qualificação técnica nos moldes do art. 30, LLCA?	Compras		
c. Atestado de exclusividade? (original ou cópia autenticada)	Requisitante	S	50
d. Documentos referentes à qualificação econômico-financeira na forma do art. 31 da LLCA?	Compras	S	52
e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas <i>link: tst.jus.br/certidao</i> (NÃO PRECISA IMPRIMIR SE ESTIVER NO SICAF)	Compras	S	52
f. - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; - Certidão Negativa do CNJ; - Certidão Negativa do TCU (UTILIZAR A CONSULTA CONSOLIDADA DAS CERTIDÕES) <i>https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</i>	Compras	S	53-54
11 - Memorando para DOF solicitando reserva orçamentária para o serviço/material. (Memorando de pré-empenho com a UGR)	PROAD	S	Despacho
12 - O processo de contratação contém a indicação do recurso próprio para a despesa (art. 38, <i>caput</i> , Lei 8666/93)? (Pré-empenho)	DOF	S	55
13 - O Projeto Básico faz parte do processo?	Requisitante e Compras	S	56-63
14 - Existe estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios seguintes (art. 16, I da Lei Complementar nº 101/2000)?	ADM	NA	--
15 - Existe declaração do ordenador de despesa de que o gasto necessário à realização do procedimento licitatório e à consequente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16, II da Lei Complementar nº 101/2000)?	ADM	NA	--
16 - Despacho para Reitoria solicitando análise e parecer jurídico OU a análise e aprovação (para processos isentos de parecer jurídico, conforme Orientação Normativa da AGU nº 46/2014);	Compras	S	Despacho
17 - Complementações / justificativas solicitadas após análise processual na Reitoria;	Compras		
18 - Encaminhamento da Reitoria para PGF solicitando análise e parecer jurídico;	Reitoria		
19 - Os autos foram instruídos com parecer(es) jurídico(s) (art. 38, VI da Lei 8666/93)? (Parecer Jurídico)	PROC		
20 - Complementações/justificativas solicitadas no Parecer Jurídico;	Compras		
21 - Nova análise jurídica;	PROC		



22 - Complementações/justificativas solicitadas no Parecer Jurídico;	Compras		
23 - Termo de Conformidade Processual (no caso de processos isentos de Parecer Jurídico, conforme Orientação Normativa da AGU nº 46, de fevereiro de 2014;	Reitoria		
24 - A autoridade competente motivou nos termos do art. 50 da Lei 9784/99 a sua declaração de inexigibilidade do processo licitatório à autoridade superior (art. 26 da Lei 8666/93)? (Memorando De ratificação da inexigibilidade)	ADM		
25 - Há, nos autos, comprovante da publicação na imprensa oficial do Ato de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação (art. 26, Lei 8666/93)? (Publicação DOU)	ADM		
26 - Memorando de solicitação de empenho;			
27 - Foi emitida nota de empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente? (Empenho e confirmação do envio para a empresa)	Compras		
28 - Cópia da Nota Fiscal , com atesto e data.	ADM		
Preenchido check list do item 1 ao 16 por Fabiana Dal Pont			